



**ACTIVISM
AGAINST
ABLEISM**

Documento de Orientações Políticas

**Projeto Activism Against Ableism -
Promoção do "Ativismo Contra o
Capacitismo"**



Nome do Projeto: Activism Against Ableism (Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo) - Fomentar a participação política e o ativismo de jovens cidadãos com diversidade funcional

ID do projeto: 2022-1-DE04-KA220-YOU-000087327

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são as do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidos como responsáveis por essas opiniões.





CONTEÚDO

Consórcio.....	5
Introdução ao documento de orientação política política.....	6
1.1 O projeto "Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo)".....	7
1.2 Resumo	7
1.3 Contexto	8
1.4 Recomendações	11
1.5 Conclusão.....	12
2.1 Reflexões para a prática a partir da experiência de desenvolvimento de uma metodologia para promover a participação política de cidadãos com diversidade funcionalatravés de estratégias participativas.....	13
2.2 Resumo	13
2.3 Contexto	14
2.4 Recomendações	16
2.5 Conclusão.....	18
3.1 Reflexões para a elaboração de políticas com base na experiência de desenvolvimento de uma metodologia para promover a participação política de cidadãos com diversidade funcional.....	19
3.2 Resumo	19
3.3 Contexto	20
3.4 Recomendações	23
3.5 Conclusão.....	25



4.1. Recomendações para a formulação de políticas sobre os efeitos nefastos do capacitismo	26
4.2 Resumo	26
4.3 Contexto	27
4.4 Recomendações	30
4.5 Conclusão.....	31
5.1 Recomendações para a elaboração de políticas relativas à inclusão social, profissional e política das pessoas com diversidade funcional.....	32
5.2 Resumo	32
5.3 Contexto	33
5.4 Recomendações	34
5.5 Conclusão.....	35
6.1 Recomendações para a elaboração de políticas sobre a importância da participação social e política de pessoas com diversidade funcional e como promover a sua capacitação.....	36
6.2 Resumo	37
6.3 Contexto	38
6.4 Recomendações	39
6.5 Conclusão.....	41
Conclusão Final	42
Referências	45

Consórcio

 <p>Germany - iserundschmidt GmbH</p>	<p>Germany - iserundschmidt GmbH</p>
 <p>Portugal - Rightchallenge - Associação</p>	<p>Portugal - Rightchallenge - Associação</p>
 <p>Ireland - Future in Perspective Limited</p>	<p>Ireland - Future in Perspective Limited</p>
 <p>Italy - Exeo Lab Srl</p>	<p>Italy - Exeo Lab Srl</p>
 <p>Cyprus - Center for Research and Education Limited</p>	<p>Cyprus - Center for Research and Education Limited</p>
 <p>Greece - Connectus M.IKE</p>	<p>Greece - Connectus M.IKE</p>
 <p>Spain - Ayuntamiento de Quart de Poblet</p>	<p>Spain - Ayuntamiento de Quart de Poblet</p>

Introdução ao documento de orientação política

Os documentos de orientação política desempenham um papel crucial na formação do discurso e na influência dos processos de tomada de decisão sobre questões sociais e políticas críticas. Funcionam como documentos fidedignos que consolidam os resultados da investigação, propõem recomendações e defendem medidas políticas específicas.

O documento político «Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo)» visa explorar e divulgar estratégias desenvolvidas no âmbito do projeto Erasmus+ para reforçar a participação social e política dos jovens europeus com diversidade funcional. Fundamentado nos princípios da diversidade e inclusão, o documento procura abordar as barreiras impostas pelo capacitismo e defender práticas inclusivas em toda a Europa. Ao alavancar a cooperação internacional e a inovação educacional, o projeto identifica metodologias eficazes para promover o envolvimento ativo de indivíduos com diversidade funcional nas esferas social e política.

Metodologicamente, o documento de orientação política utiliza os dados recolhidos a partir dos resultados do projeto como base para as suas recomendações. Estas recomendações são meticulosamente desenvolvidas para fornecer informações claras e práticas sobre a promoção da capacitação e o avanço de políticas inclusivas. O artigo passa por uma rigorosa revisão interna para garantir precisão e confiabilidade. Além disso, a fim de maximizar a acessibilidade e o impacto, o documento final será traduzido para línguas relevantes para os países participantes e disponibilizado rapidamente em plataformas específicas.

1.1 O projeto "Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo)"

✓ Palavras-chave: visão geral do projeto, sociedade, diversidade, inclusão

1.2 Resumo

Introdução

É fundamental enfrentar e eliminar as barreiras discriminatórias que impedem as pessoas com diversidade funcional de participar plenamente na sociedade numa Europa que valoriza a diversidade e a inclusão. Através da colaboração a nível mundial e de abordagens educativas inovadoras, o projeto Erasmus+ «Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo)» teve como objetivo identificar e promover métodos inovadores para a inclusão social e política de jovens com diversidade funcional.

Contexto geral

De acordo com o estudo realizado sobre o tema do consórcio do projeto, as pessoas com diversidade funcional enfrentam hoje impactos severos em sua condição socioeconômica global, bem como discriminação dos círculos sociais, políticos e profissionais. A metodologia AAA - Activism Against Ableism (Ativismo Contra o Capacitismo) foi desenvolvida como uma abordagem de capacitar indivíduos com diversidade funcional para se envolverem na política, aumentando assim a sua consciência social e destacando os seus direitos humanos fundamentais.

Metodologia

Este Pacote de Trabalho tem como objetivo criar recursos para a divulgação da metodologia desenvolvida no Pacote de Trabalho anterior entre técnicos da juventude que trabalham com jovens cidadãos com diversidade funcional e capacitá-los através de uma atividade de formação. A primeira atividade centrar-se-á no desenvolvimento de um manual para sistematizar e divulgar a metodologia. A segunda atividade incidirá no



desenvolvimento do Plano de Formação “Activism Against Ableism (Ativismo Contra o Capacitismo)” para técnicos da juventude. Esta formação visa preparar técnicos da juventude para implementar esta metodologia com os seus beneficiários. Basear-se-á na experiência do Pacote de Trabalho nº 3 e no manual, criando recursos inovadores e apelativos que podem ser utilizados por organizações parceiras/associadas, pelas instituições que fazem parte das redes europeias e nacionais e por todos os que possam estar interessados.

1.3 Contexto

O projeto "AAA - Activism Against Ableism (Ativismo Contra o Capacitismo) - Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo)" incorpora o espírito do "Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo) - Promover a participação política e o ativismo de jovens cidadãos com diversidade funcional". Generosamente financiada pela União Europeia no âmbito do programa Erasmus+, o AAA - Activism Against Ableism (Ativismo Contra o Capacitismo) iniciou a sua demanda em setembro de 2022, programada para continuar a sua missão de impacto até 2024. Ao longo deste esforço, houve a colaboração de diversas organizações europeias, ONGs, empresas e municípios, forjando um esforço coletivo para um futuro mais inclusivo.

Na sua essência, a AAA - Activism Against Ableism (Ativismo Contra o Capacitismo) aspira a promover a cooperação transnacional para jovens com diversidade funcional. A ambiciosa agenda do projeto incluiu o desenvolvimento de novos recursos destinados a capacitar estes indivíduos, facilitar a sua participação cívica e até inspirá-los a iniciar os seus próprios projetos. Para além da capacitação individual, o projeto previu uma nova rede de partes interessadas, organizações e decisores políticos a nível europeu. O objetivo desta rede é defender os interesses dos jovens com diversidade funcional, particularmente no domínio da política.

O efeito cascata estende-se para além dos beneficiários imediatos. Os trabalhadores dos parceiros do projeto e das organizações associadas têm a ganhar com a integração dos resultados do projeto nas suas práticas através de formação personalizada. Esta abordagem em duas vertentes não só beneficia os jovens cidadãos com diversidade funcional, como também sensibiliza os empregadores para os direitos das pessoas com

diversidade funcional, promovendo a igualdade de participação e integração no mercado de trabalho.

Para maximizar a acessibilidade, todos os recursos do projeto foram desenvolvidos em sete línguas e permanecerão livremente acessíveis durante cinco anos após a conclusão do projeto. Uma componente essencial do sucesso do projeto residiu na criação de uma rede europeia que incluiu organizações nacionais que trabalham com pessoas com diversidade funcional.

Na conclusão do projeto, este documento de orientações políticas à União Europeia resume a sabedoria, as necessidades e as aspirações coletivas identificadas durante as reuniões da rede. Juntos, não estamos apenas a desmantelar barreiras, mas a elaborar um plano para um futuro em que o ativismo prevaleça sobre o capacitismo.

Resultados

Os objetivos gerais do projeto "AAA - Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo)" são multifacetados, procurando fomentar a consciência social sobre o capacitismo e seus desafios, prevenir a discriminação e promover a inclusão. O projeto foi concebido para capacitar os jovens cidadãos europeus com diversidade funcional, incentivando-os a tornarem-se social e politicamente ativos através de estratégias colaborativas e participativas. Além disso, o projeto visa formar técnicos da juventude, desenvolver redes para aumentar a sensibilização e a intervenção inclusiva e influenciar a elaboração de políticas no domínio da diversidade funcional.

Resultados obtidos

Os resultados do projeto estão estrategicamente alinhados com os seus objetivos:

Rede com as partes interessadas:

- A criação de uma rede global que ligue as várias partes interessadas.

Metodologia Participativa - Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo):



- Desenvolvimento de uma metodologia participativa destinada a combater o capacitismo e promover a participação política.

Manual e Plano de Formação (AAA - Activism Against Ableism (Ativismo Contra o Capacitismo):

- Criação de um manual para sistematizar e divulgar a metodologia desenvolvida.
- Plano de Formação para técnicos da juventude, utilizando recursos inovadores e apelativos.

Documento de orientação política (AAA - Activism Against Ableism (Ativismo Contra o Capacitismo):

- Formulação de um documento de orientação política que ofereça recomendações para influenciar a elaboração de políticas.

Resultados:

O impacto do projeto manifesta-se através de resultados tangíveis, enfatizando a utilização e disseminação dos recursos desenvolvidos:

10

Utilização por Instituições Parceiras/Associadas:

- As instituições parceiras e associadas utilizam e divulgam ativamente a metodologia, o manual e o curso de formação para técnicos da juventude.

Promover a capacitação e o envolvimento político/cívico:

- Empoderamento, agência e maior envolvimento político/cívico de jovens com diversidade funcional.

Defesa da Inclusão Social/Profissional:

Jovens com diversidade funcional defendendo a sua inclusão social e profissional. À medida que embarcamos nesta demanda, o projeto "AAA - Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo)" esforça-se não apenas para desenvolver metodologias e estratégias criadas colaborativamente por indivíduos com diversidade funcional, mas

também para instigar uma mudança transformadora nas percepções e políticas da sociedade. Ao capacitar os jovens cidadãos com diversidade funcional e as pessoas que trabalham com eles, pretendemos quebrar barreiras, promover a inclusão e defender um futuro mais justo e acessível. Não se trata apenas de um projeto; é um movimento em direção a um mundo onde as vozes e os direitos de indivíduos com diversidade funcional não são apenas reconhecidos, mas celebrados.

1.4 Recomendações

Os pontos de vista e contribuições do Grupo de Trabalho Internacional são combinados com a pesquisa do consórcio do projeto para criar as seguintes diretrizes, que recomendam que as seguintes ações sejam feitas para melhorar a prática profissional nesta área:

Inclusão social

A inclusão social das pessoas com diversidade funcional é fundamental. É fundamental que as pessoas com diversidade funcional sejam incluídas na sociedade. É essencial envidar todos os esforços para promover a integração social das pessoas com diversidade funcional. Crucialmente, isso também se aplica àqueles que são frequentemente desconsiderados e com condições menos visíveis, como dislexia ou autismo.

Inclusão Profissional

As empresas devem ser incentivadas por políticas de contratação de pessoas com diversidade funcional por meio de incentivos fiscais, subsídios e programas de ação com impacto positivo. Além disso, é crucial aplicar as políticas da empresa que exigem acomodações, como equipamentos adaptados e horários flexíveis, e incentivar opções de trabalho remoto onde a prática é essencial.

Acessibilidade

Os indivíduos com diversidade funcional devem ter espaço para falar por si próprios, em vez de serem falados. Além disso, os profissionais devem considerar manter uma

abordagem mais casual de tópicos relacionados na sua prática, pois muitas vezes são considerados um pouco tabu e isso sobrecarrega os jovens. Além disso, o atual "modelo de caridade de diversidade funcional vê a diversidade funcional como um fardo ou um 'problema' que as pessoas sem diversidade funcional devem resolver" (Escritório das Nações Unidas em Genebra, 2021).

Inclusão política

Para reforçar a inclusão política das pessoas com diversidade funcional, é essencial garantir que as mesas de voto sejam acessíveis e proporcionem métodos de votação alternativos, como o voto por correspondência e o voto eletrónico. É igualmente importante promover a representação política das pessoas com diversidade funcional, apoiando as suas candidaturas e funções de liderança.

Envolver as pessoas com diversidade funcional no processo de elaboração de políticas através de conselhos consultivos e órgãos consultivos, e rever e atualizar regularmente a legislação para abordar questões e necessidades emergentes, garante que as suas vozes sejam ouvidas.

12

Apoiar organizações que defendem os direitos das pessoas com diversidade funcional e incluir questões de diversidade funcional em agendas mais amplas de direitos humanos e justiça social é crucial para a defesa e representação.

1.5 Conclusão

O projeto AAA - Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo) Erasmus+ envolveu o desenvolvimento de uma metodologia para promover a participação política de cidadãos com diversidade funcional através de estratégias participativas. Os cidadãos com diversidade funcional sofrem de exclusão sociocultural e política, o que tem impactos demonstráveis na sua segurança socioeconómica.

Orientações eficazes em matéria de acessibilidade e iniciativas de sensibilização podem reduzir significativamente as barreiras estruturais e mentais na esfera social, promovendo uma comunidade mais inclusiva. A fim de alcançar perspetivas de emprego iguais e capacitação económica para as pessoas com diversidade funcional, é essencial que os

profissionais respeitem a legislação antidiscriminação, façam ajustes no local de trabalho e proporcionem formação profissional específica. As pessoas com diversidade funcional podem ter uma maior voz na política e ter a capacidade de influenciar leis que afetam diretamente as suas vidas, tornando os procedimentos de votação acessíveis e promovendo o envolvimento político.

A comunidade de pessoas com diversidade funcional, as partes interessadas e os decisores políticos precisam de colaborar para implementar com êxito estas propostas. Juntos, nós, como sociedade, podemos construir uma sociedade inclusiva que reconheça e valorize as contribuições de cada um dos seus membros, dando a cada pessoa a oportunidade e o apoio de que necessita para uma vida independente e gratificante.

2.1 Reflexões para a prática a partir da experiência de desenvolvimento de uma metodologia para promover a participação política de cidadãos com diversidade funcional através de estratégias participativas

Palavras-chave: metodologia, participação política, estratégias participativas

2.2 Resumo

Introdução

Ao longo do ciclo de vida do projeto Erasmus+ AAA - Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo), os parceiros do projeto foram encarregues de desenvolver uma metodologia para promover a participação política de cidadãos com diversidade funcional através de estratégias participativas.

Contexto geral

De acordo com a pesquisa do consórcio do projeto sobre o tema, os cidadãos com diversidade funcional atualmente vivenciam situações de exclusão nos círculos socioculturais, políticos e de emprego, bem como impactos negativos no seu estatuto socioeconómico pelo mundo. O desenvolvimento da metodologia AAA - Activism Against Ableism (Ativismo Contra o Capacitismo) foi concebido como um instrumento através do qual cidadãos com diversidade funcional poderiam ser capacitados a participar no processo político, aumentando a sua visibilidade social e sublinhando os seus direitos humanos fundamentais.

Metodologia

A metodologia em si foi desenhada em consonância com a pesquisa-ação participativa e as contribuições de um Grupo de Trabalho Internacional (GTI) que foi estabelecido no início do ciclo de vida do projeto. Os contributos de dois jovens com diversidade funcional e de um investigador de cada país parceiro garantiram a validação pelos utilizadores finais ao longo do desenvolvimento da metodologia.

2.3 Contexto

A adoção pelo consórcio de um modelo participativo de cocriação, trabalhando em conjunto com o Grupo de Trabalho Internacional para produzir uma metodologia que viria a servir outros membros do mesmo grupo-alvo, foi ela própria demonstrativa do objetivo mais amplo do projeto AAA - Activism Against Ableism (Ativismo Contra o Capacitismo) - nomeadamente, a inclusão social e política de indivíduos com diversidade funcional. Fundamentalmente, a inclusão de cidadãos com diversidade funcional na elaboração de metodologias para potenciar a sua inclusão social e política garantiu que os conteúdos produzidos estivessem alinhados com as suas experiências e expectativas. A investigação participativa de base comunitária tem o potencial de «combinar conhecimento e ação para criar mudanças sociais positivas e duradouras» (Collins et al, 2018). Além disso, este processo foi enriquecido pelo testemunho de todos os participantes, cuja participação e posterior releitura dos eventos do GTI contribuíram para as atividades de divulgação do projeto.

Apesar dos muitos benefícios listados, houve, naturalmente, uma série de desafios. O primeiro deles foi a seleção do próprio Grupo de Trabalho Internacional. Para o efeito, a parceria do projeto mobilizou a sua rede de organizações europeias relevantes e cada parceiro organizou um evento de boas-vindas para descrever o projeto e os resultados propostos. Muitos membros do GTI foram identificados diretamente através destes eventos de boas-vindas ou recomendados pelos participantes. Outro desafio foi disponibilizar um facilitador/mediador em todas as reuniões do GTI; uma tarefa que foi realizada pelos investigadores em representação do coordenador do projeto e do líder do pacote de trabalho.

As três sessões do Grupo de Trabalho Internacional, que compreendem uma reunião introdutória online com a duração de três horas, uma reunião de 18 horas realizada ao longo de três dias no Chipre e uma reunião online de finalização de três horas, forneceram as seguintes observações gerais relativas à prática profissional:

Inclusão Social: A educação não é inclusiva no seu início atual devido ao capacitismo sistémico, com a legislação por vezes a ser negligenciada ou ignorada.

- Nos casos em que a legislação é aplicada, pode dividir ainda mais as pessoas com diversidade funcional das que não têm. Por exemplo, quando uma pessoa com diversidade funcional é admitida numa classe de ensino separada, pode ser difícil para ela regressar ao ensino convencional.
- Pode ser difícil para aqueles com condições menos visíveis, como dislexia ou autismo, serem devidamente avaliados ou receberem o apoio necessário. Esta falha é ainda agravada quando os empregadores, consciente ou inconscientemente, decidem contra candidatos com diversidade funcional e tratam de forma injusta o pessoal com diversidade funcional.

Acessibilidade: As leis que garantem a acessibilidade dos espaços públicos devem ser mais bem implementadas

- Existe um preconceito em relação às deficiências físicas no que diz respeito à adaptação dos espaços físicos, com medidas insuficientes tomadas para acomodar indivíduos neuro divergentes, etc.

- A acessibilidade varia significativamente entre cidades, países, etc.

Subsídios de saúde e da segurança social: Há falta de financiamento adequado para as pessoas com diversidade funcional, particularmente quando as suas condições são invisíveis ou não são consideradas "graves" o suficiente.

- Devem ser criadas redes de profissionais para abordar estas (e outras) questões.
- Os indivíduos com diversidade funcional devem ter espaço para falar por si próprios, em vez de serem falados.
- O uso do humor para quebrar a tensão deve ser considerado, pois é inadequado que os jovens se sintam sobrecarregados pelo tópico.
- Os municípios representam instituições fundamentais para o envolvimento público de pessoas com diversidade funcional.

Estratégias para Promover o Ativismo: Testemunhos que apresentam diferentes níveis de habilidade.

- Garantir a acessibilidade dos recursos (como a utilização de audiolivros, etc.).
- Discuta a capacidade e não a diversidade funcional.
- Educar o público desde tenra idade.
- Promover a consciencialização através das redes sociais.

Tendo em consideração estas contribuições, os autores compilaram uma série de recomendações que são apresentadas a seguir.

2.4 Recomendações

As diretrizes a seguir combinam as observações e contribuições do Grupo de Trabalho Internacional com a pesquisa do consórcio do projeto e recomendam que as seguintes medidas sejam tomadas para melhorar a prática profissional nesta área:

- A **inclusão social** das pessoas com diversidade funcional é fundamental. Devem ser envidados todos os esforços para incentivar a integração na sociedade de indivíduos com diversidade funcional. Crucialmente, isto se estende

especialmente àqueles com condições menos visíveis, como dislexia ou autismo, que muitas vezes são negligenciados.

- **A acessibilidade** deve ser considerada prioritária no contexto profissional, devendo a legislação pertinente ser firmemente aplicada. A adaptação dos espaços físicos deve estender-se para acolher indivíduos com neuro divergência e condições ditas "invisíveis". Este impulso à acessibilidade, na medida do possível, deve manter-se coerente para além das fronteiras (municípios, regiões, estados, etc.). Além disso, a acessibilidade deve estender-se a recursos, como o uso de audiolivros / vídeos legendados, etc., em vez de meios convencionais com base em texto.
- Os profissionais devem investigar as subvenções e oportunidades de financiamento relevantes para apoiar diretamente as pessoas com diversidade funcional e ajudar a promover as suas necessidades para melhorar essas ofertas para futuros beneficiários.
- Os indivíduos com diversidade funcional devem ter espaço para falar por si próprios, em vez de serem falados. Além disso, os profissionais devem considerar manter uma abordagem mais casual de tópicos relacionados em sua prática, pois muitas vezes são considerados um pouco tabu e isso sobrecarrega os jovens. Além disso, o atual "modelo de caridade de diversidade funcional vê a diversidade funcional como um fardo ou um 'problema' que as pessoas sem diversidade funcional devem resolver" (Escritório das Nações Unidas em Genebra, 2021). As conversas sobre o assunto devem, portanto, mudar para se concentrar na capacidade e não na diversidade funcional.
- **O envolvimento público** de pessoas com diversidade funcional deve ser uma preocupação fundamental, e as práticas profissionais devem centrar-se no desenvolvimento de relações com os municípios, etc., que beneficiem os seus clientes.
- Devem ser criadas redes de profissionais para abordar estas (e outras) questões, à semelhança do exemplo dado pelo Grupo de Trabalho Internacional.

Essencialmente, estas parcerias profissionais devem incluir e elevar as vozes das pessoas com diversidade funcional. Adicionalmente, devem ser envidados todos os esforços no sentido de disponibilizar um mediador/facilitador profissional para estas reuniões, permitindo que todas as vozes sejam ouvidas.

2.5 Conclusão

O projeto AAA - Activism Against Ableism Erasmus+ envolveu o desenvolvimento de uma metodologia para promover a participação política de cidadãos com diversidade funcional através de estratégias participativas. Os cidadãos com diversidade funcional sofrem de exclusão sociocultural e política, o que tem impactos demonstráveis na sua segurança socioeconómica. O desenvolvimento da metodologia AAA - Activism Against Ableism (Ativismo Contra o Capacitismo) alavancou as contribuições de um Grupo de Trabalho Internacional (GTI), baseando-se nas perceções das pessoas com diversidade funcional de cada país parceiro. A participação no GTI foi citada por todos os participantes como demonstrativa dos tipos de mudança transformadora que precisam ocorrer na sociedade para melhor acomodar as pessoas com diversidade funcional, aumentando sua visibilidade social e ressaltando seus direitos humanos fundamentais.

18

Por conseguinte, os profissionais devem ser incentivados a desenvolver abordagens participativas que envolvam aqueles que, em última análise, serão mais afetados pelo seu trabalho. A capacidade de mudança transformadora na prática seria grandemente reforçada pela promoção de grupos de trabalho que incluam educadores, pessoas com diversidade funcional e um mediador profissional para supervisionar as reuniões. Estes grupos de trabalho são vitais na fase de conceito de qualquer projeto sobre o tema da diversidade funcional, mas podem, e devem, ser sustentados muito depois da implementação para rever e melhorar continuamente a prática - melhorando assim tanto as competências profissionais dos profissionais como os resultados do projeto para futuros beneficiários.

3.1 Reflexões para a elaboração de políticas com base na experiência de desenvolvimento de uma metodologia para promover a participação política de cidadãos com diversidade funcional

☑ Palavras-chave: metodologia, participação política, decisores políticos

3.2 Resumo

No cenário global de hoje, a promoção de sociedades inclusivas é um objetivo fundamental, sendo a capacitação de cidadãos com diversidade funcional crucial para a sua participação significativa nos processos políticos. Este documento explora metodologias para promover essa participação, oferecendo informações valiosas para os decisores políticos com o objetivo de implementar mudanças transformadoras.

O ponto central para a elaboração de políticas eficazes é uma compreensão profunda da dinâmica contextual, reconhecendo que os desafios para indivíduos com diversidade funcional variam significativamente entre regiões e demografia. Os decisores políticos devem avaliar os fatores socioeconómicos, as normas culturais e as estruturas institucionais que moldam as realidades destes indivíduos, adotando uma lente interseccional para abordar múltiplas formas de marginalização.

A flexibilidade e a adaptabilidade são essenciais no desenvolvimento de políticas. Os decisores políticos devem aperfeiçoar as estratégias com base no feedback e em novas perceções, adotando inovações como as tecnologias de apoio e as plataformas digitais para reforçar a participação política.

A colaboração com organizações locais, líderes comunitários e partes interessadas é vital para uma mudança sustentável. A inclusão de pessoas com diversidade funcional no processo de decisão política garante que as políticas respondem às suas necessidades e aspirações.

A educação é uma ferramenta poderosa para o empoderamento, permitindo que indivíduos com diversidade funcional compreendam os seus direitos e se envolvam politicamente. Os decisores políticos devem investir em ambientes de aprendizagem acessíveis, currículos inclusivos e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

A avaliação e o aperfeiçoamento contínuos das políticas são cruciais, com métricas sólidas que avaliam a participação política e a inclusão social. A transparência e a responsabilização na avaliação promovem uma cultura de aprendizagem e adaptação.

Fundamentando as intervenções na compreensão contextual, abraçando a flexibilidade, promovendo parcerias, priorizando a educação e comprometendo-se com a melhoria contínua, os decisores políticos podem abrir caminho para uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todos os indivíduos possam prosperar.

3.3 Contexto

No cenário global de hoje, a busca de sociedades inclusivas permanece como um objetivo fundamental. O empoderamento dos cidadãos com diversidade funcional é fundamental para este esforço, assegurando a sua participação plena e significativa nos processos políticos. À medida que nos aprofundamos nas reflexões sobre o desenvolvimento de metodologias para promover essa participação, descobrimos uma riqueza de insights que ressoam muito além de qualquer projeto. Esse discurso expandido procura amplificar estes insights, oferecendo aos decisores políticos um roteiro abrangente para a adoção de mudanças transformadoras.

Compreender a dinâmica contextual:

No centro de uma elaboração eficaz de políticas está uma compreensão profunda da dinâmica contextual. Não existem duas comunidades iguais, e os desafios enfrentados por indivíduos com diversidade funcional variam significativamente entre regiões e demografia. Para elaborar políticas que ressoem com as experiências vividas por estes indivíduos, os decisores políticos devem primeiro envolver-se num processo de avaliação rigorosa. Isto implica examinar os fatores socioeconómicos, as normas culturais e as estruturas institucionais que ajustam as realidades de cidadãos com diversidade funcional dentro de um determinado contexto.

Além disso, os decisores políticos devem reconhecer a natureza intersectorial da diversidade funcional, reconhecendo que os indivíduos podem enfrentar múltiplas formas de marginalização com base em fatores como o género, a raça ou o estatuto socioeconómico. Ao adotar uma lente interseccional, os decisores políticos podem desenvolver intervenções que abordam as necessidades e desafios únicos de diversas comunidades, promovendo a inclusão a todos os níveis.

Flexibilidade e Adaptação:

Face aos desafios em constante evolução, a flexibilidade e a adaptação surgem como pedras angulares de um desenvolvimento eficaz de políticas. Uma abordagem rígida, separada das realidades da experiência vivida, está destinada a ficar aquém. Em vez disso, os decisores políticos devem cultivar uma mentalidade de adaptabilidade, aperfeiçoando continuamente as estratégias em resposta ao feedback e às ideias emergentes. Este processo interativo permite a evolução orgânica das metodologias, garantindo a sua relevância e eficácia em diversos contextos.

Além disso, os decisores políticos devem manter-se abertos à inovação, adotando novas tecnologias e metodologias que tenham potencial para reforçar a participação política de cidadãos com diversidade funcional. Seja através da utilização de tecnologias de apoio ou da implementação de plataformas digitais para o envolvimento cívico, aproveitar o poder da inovação pode alargar o acesso e amplificar vozes que têm sido historicamente marginalizadas.

Parcerias e Colaboração:

A mudança sustentável raramente ocorre isoladamente. A colaboração com organizações locais, líderes comunitários e outras partes interessadas é essencial para o sucesso de qualquer esforço político. Ao forjar parcerias sólidas, os decisores políticos podem alavancar os recursos existentes, tirar partido das competências locais e promover um sentimento de apropriação coletiva das iniciativas. Além disso, a colaboração permite a cocriação de soluções, garantindo que as intervenções ressoam com as experiências vividas por aqueles que pretendem capacitar.

Para além das parcerias tradicionais, os decisores políticos devem também dar prioridade à inclusão significativa de pessoas com diversidade funcional no próprio processo de elaboração de políticas. Muitas vezes, decisões que impactam diretamente a vida destes indivíduos são tomadas sem a sua contribuição ou participação. Ao centrar as vozes de cidadãos com diversidade funcional no processo de decisão política, os decisores políticos podem assegurar que as políticas respondem às suas necessidades e refletem as suas aspirações.

Empoderamento através da educação:

A educação serve como uma ferramenta poderosa para o empoderamento, permitindo que os indivíduos compreendam os seus direitos, articulem as suas necessidades e envolvam-se significativamente em processos políticos. Para os cidadãos com diversidade funcional, o acesso a uma educação de qualidade é muitas vezes dificultado por uma miríade de obstáculos, incluindo instalações inacessíveis, atitudes discriminatórias e falta de serviços de apoio especializados.

Para enfrentar estes desafios, os decisores políticos devem dar prioridade a iniciativas educativas adaptadas às necessidades de indivíduos com diversidade funcional. Tal inclui o investimento em ambientes de aprendizagem acessíveis, a oferta de formação sobre autodefesa e envolvimento cívico e a promoção de currículos inclusivos que celebrem a diversidade. Além disso, os decisores políticos devem reconhecer a importância da aprendizagem ao longo da vida, assegurando que as oportunidades educativas se estendem para além da escolaridade formal e até à idade adulta.

Avaliação e Melhoria Contínua:

O percurso de desenvolvimento de políticas é marcado pela avaliação e melhoria contínuas. As métricas de sucesso devem ir além de meros resultados para abranger resultados que reflitam melhorias tangíveis na participação política e na inclusão social. Através de mecanismos de avaliação robustos, os decisores políticos podem identificar áreas de força e fraqueza, reiterar estratégias e impulsionar progressos significativos ao longo do tempo.

Além disso, os decisores políticos devem dar prioridade à transparência e à responsabilização, assegurando que os resultados da avaliação são amplamente divulgados e utilizados para fundamentar futuras tomadas de decisão. Ao envolver as partes interessadas no processo de avaliação, os decisores políticos podem promover uma cultura de aprendizagem e adaptação, em que os sucessos são celebrados e os fracassos são encarados como oportunidades de crescimento.

Ao refletirmos sobre a demanda de desenvolvimento de metodologias para promover a participação política de cidadãos com diversidade funcional, torna-se claro que o caminho para a inclusão é desafiador e multifacetado. No entanto, dentro destes desafios estão oportunidades de mudança transformadora. Ao fundamentar as intervenções na compreensão contextual, abraçando a flexibilidade e a adaptação, promovendo parcerias, dando prioridade à educação e comprometendo-se com a melhoria contínua, os decisores políticos podem abrir caminho para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Ao embarcarmos juntos neste caminho, permaneçamos firmes no nosso compromisso de capacitar todos os indivíduos para participarem plenamente na vida política das suas comunidades. Ao amplificar as vozes de cidadãos com diversidade funcional, podemos construir um futuro onde a diversidade é celebrada, as barreiras são desmanteladas e cada indivíduo tem a oportunidade de prosperar.

3.4 Recomendações

À medida que os decisores políticos navegam pelas complexidades da promoção da participação política para cidadãos com diversidade funcional, devem recorrer a uma rica variedade de investigação, estudos e conhecimentos práticos para informar a sua tomada de decisões. Ao sintetizar as conclusões dos principais académicos e profissionais da área, os decisores políticos podem desenvolver recomendações com base em abordagens com base em provas e adaptadas às necessidades únicas das suas comunidades.

Uma das principais recomendações é dar prioridade ao desenvolvimento de políticas inclusivas que abordem as barreiras cruzadas enfrentadas por indivíduos com

diversidade funcional. Estudiosos como Carol Thomas (2014), no seu trabalho "Diversidade funcional e Diversidade", enfatizam a importância de mudar de um modelo médico de diversidade funcional para um modelo social que reconheça a diversidade funcional como um produto de barreiras sociais, ambientais e atitudinais. Ao adotar um quadro de modelo social, os decisores políticos podem conceber políticas que visem estas barreiras e criem ambientes políticos mais inclusivos.

Além disso, os decisores políticos devem dar prioridade ao envolvimento significativo de indivíduos com diversidade funcional no próprio processo de elaboração de políticas. Como destacado por autores como Priestley et. (2016) "The political participation of disabled people in Europe: Rights, accessibility and activism" (A participação política das pessoas com diversidade funcional na Europa: direitos, acessibilidade e ativismo), a exclusão de vozes com diversidade funcional da tomada de decisões políticas perpetua ciclos de marginalização e reforça os desequilíbrios de poder existentes. Para contrariar esta tendência, os decisores políticos devem envolver-se ativamente com indivíduos com diversidade funcional e com as suas organizações representativas, assegurando que as suas perspetivas e experiências são fundamentais para o desenvolvimento e a implementação de políticas.

Outra recomendação crítica é investir em infraestrutura e tecnologia acessíveis para facilitar a participação política de cidadãos com diversidade funcional. Pesquisa de autores como Mallet (2011) em "Representing disability in an ableist world: Essays on mass media" (Representar a deficiência num mundo capacitista: Ensaio sobre os meios de comunicação social). ressalta a importância de canais de comunicação acessíveis, locais de voto e materiais de campanha para permitir a plena participação eleitoral. Ao afetar recursos para melhorar a acessibilidade, os decisores políticos podem eliminar as barreiras físicas e tecnológicas que dificultam o envolvimento político e assegurar que os cidadãos com diversidade funcional possam exercer os seus direitos democráticos em pé de igualdade com os seus pares sem diversidade funcional.

Além disso, os decisores políticos devem dar prioridade a iniciativas de educação e sensibilização para promover uma cultura de inclusão e capacitação entre indivíduos com diversidade funcional. Estudiosos como Tom Shakespeare (2013), em "Disability Rights

and Wrongs Revisited” (Direitos e deveres das pessoas com deficiência), enfatizam o potencial transformador da educação para desafiar estereótipos, combater a discriminação e promover a autodefesa. Ao incorporar a formação em sensibilização para a diversidade funcional nos currículos escolares, nos programas de diversidade no local de trabalho e nos esforços de sensibilização da comunidade, os decisores políticos podem cultivar uma sociedade mais inclusiva, onde os indivíduos com diversidade funcional são membros valorizados e participantes ativos.

Além disso, os decisores políticos devem estabelecer mecanismos sólidos de acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas destinadas a promover a participação política de cidadãos com diversidade funcional. Os decisores políticos podem desenvolver indicadores para avaliar o impacto das políticas na participação eleitoral, na acessibilidade dos locais de voto e na representação em cargos eletivos. Através da recolha e análise regulares de dados sobre estas métricas, os decisores políticos podem identificar áreas a melhorar, acompanhar os progressos ao longo do tempo e fazer ajustes com base em dados concretos às intervenções políticas.

Em última análise, as recomendações acima descritas representam apenas um ponto de partida para os decisores políticos que procuram promover a participação política de cidadãos com diversidade funcional. Ao embarcarem nesta demanda, os decisores políticos devem permanecer comprometidos com o diálogo, a colaboração e a aprendizagem contínua, aproveitando a experiência de académicos, defensores e comunidades afetadas para informar os seus esforços. Ao centrar as vozes e as experiências de indivíduos com diversidade funcional, os decisores políticos podem promover políticas que não só removem as barreiras à participação, mas também capacitam todos os cidadãos para se envolverem plenamente no processo democrático.

3.5 Conclusão

Capacitar os cidadãos com diversidade funcional para participarem plenamente nos processos políticos é crucial para a construção de sociedades inclusivas. A elaboração de políticas eficazes começa com a compreensão dos desafios únicos que estes indivíduos enfrentam, que variam muito entre diferentes regiões e demografias. Os decisores políticos devem realizar avaliações exaustivas dos fatores socioeconómicos,

das normas culturais e das estruturas institucionais, adotando uma abordagem intersectorial para abordar a marginalização agravada.

A flexibilidade e a adaptabilidade são fundamentais. Os decisores políticos devem aperfeiçoar continuamente as estratégias com base no retorno de informação e adotar inovações como as tecnologias de apoio e as plataformas digitais para aumentar a participação. A colaboração com organizações locais, líderes comunitários e partes interessadas é vital para alavancar recursos e garantir que as iniciativas reflitam as experiências vividas por indivíduos com diversidade funcional.

A educação é uma ferramenta poderosa para o empoderamento. São essenciais iniciativas educativas adaptadas, ambientes de aprendizagem acessíveis e currículos inclusivos. As oportunidades de aprendizagem ao longo da vida devem ir além da educação formal, a fim de apoiar um empenho contínuo.

É necessária uma avaliação e um aperfeiçoamento contínuos das políticas. Os decisores políticos devem utilizar métricas sólidas para avaliar a participação política e a inclusão social, promovendo a transparência e a responsabilização.

4.1. Recomendações para a formulação de políticas sobre os efeitos nefastos do capacitismo

Palavras-chave: recomendações, formulação de políticas, efeitos do capacitismo

4.2 Resumo

As recomendações específicas são desenvolvidas no âmbito do Programa ERASMUS+ AAA - Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo) «Pacote de Trabalho nº5: Promover o Activism Against Ableism (Ativismo contra o Capacitismo)». As recomendações exploram estratégias e metodologias para promover a participação política e social dos jovens europeus com diversidade funcional. Centra-se na apresentação de «recomendações para a elaboração de políticas relativas aos efeitos

nefastos do capacitismo», com base numa análise dos desafios enfrentados pelas pessoas com diversidade funcional nos processos de elaboração de políticas.

4.3 Contexto

O capacitismo, a discriminação e o preconceito social contra as pessoas com diversidade funcional, manifesta-se de várias formas nocivas, afetando a vida, as oportunidades e o bem-estar dos indivíduos. Para contrariar estes efeitos, a elaboração de políticas tem de ser abrangente e inclusiva.

É importante notar que os incidentes de capacitismo e discriminação social nos processos de elaboração de políticas contra as pessoas com diversidade funcional variam significativamente entre os países da UE. Os Estados Membros do Norte da UE desenvolvem medidas políticas mais fortes para proteger os direitos das pessoas com diversidade funcional, enquanto os Estados Membros do Sul enfrentam mais desafios para os resolver. As atitudes capacitistas na elaboração de políticas, ou seja, as atitudes que revelam falta de conhecimento sobre as capacidades das pessoas com diversidade funcional, ignorância ou falta de empatia em relação às questões da deficiência, criam efeitos adversos na elaboração de políticas.

27

Estas atitudes articulam-se principalmente com a exclusão das pessoas com diversidade funcional dos processos de tomada de decisão ou com uma aplicação inadequada das políticas. Por exemplo, a Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 da UE tinha como objetivo capacitar as pessoas com diversidade funcional, mas os progressos nos Estados-Membros têm sido desiguais, com lacunas significativas em áreas como a acessibilidade e o emprego. Nomeadamente, a Estratégia da Comissão Europeia para a Deficiência é uma estratégia renovada de dez anos que envolve formas de capacitar as pessoas com diversidade funcional para que possam usufruir dos seus direitos e participar plenamente na sociedade e na economia.

Apesar da multiplicidade de medidas desenvolvidas pela Comissão Europeia para combater os efeitos do capacitismo, continua a haver uma distribuição desproporcionada de medidas nacionais nos Estados-Membros da UE para garantir os direitos das pessoas com diversidade funcional nos processos de elaboração de políticas. Algumas das

medidas desenvolvidas pela UE referem-se ao princípio 17 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que salienta que as pessoas com diversidade funcional têm direito a um apoio ao rendimento que lhes garanta uma vida digna, bem como à Lei Europeia da Deficiência, que visa garantir os requisitos de acessibilidade dos produtos fabricados de modo a serem acessíveis às pessoas com diversidade funcional.

Além disso, nas últimas décadas, o número e o impacto das organizações e associações destinadas a promover os direitos das pessoas com diversidade funcional têm vindo a aumentar. Estas organizações, tal como descritas no Manual AAA – Activism Against Ableism (Activismo Contra o Capacitismo), incluem: a Inclusion International, a Global Partnership for Children with Disabilities, a World ENABLED e, a nível da UE: o European Disability Forum, a European Association of Service providers for persons with disabilities, etc.

Apesar das medidas políticas da UE para garantir a igualdade de participação na sociedade, os efeitos do capacitismo prevalecem nos procedimentos de elaboração de políticas. O capacitismo, que se deve a preconceitos sociais enraizados, à falta de sensibilização e a barreiras estruturais, pode, em última análise, afetar as políticas e as medidas adotadas para garantir os direitos das pessoas com diversidade funcional.

Os principais efeitos do capacitismo na elaboração de políticas referem-se a:

- Integração de estereótipos e equívocos nos processos de elaboração de políticas devido a atitudes capacitistas, conduzindo à conceção e implementação de políticas e estratégias que promovem uma abordagem paternalista de “cuidado” em vez de promover a independência ou a capacitação das pessoas com diversidade funcional.
- Sub-representação das pessoas com diversidade funcional nos processos de tomada de decisão, especialmente em áreas políticas e questões que afetam as suas vidas, impedindo que as suas vozes sejam ouvidas e consideradas no desenvolvimento de resultados políticos.
- Falta de dados e investigação em toda a UE sobre incidentes de capacitismo e experiências e necessidades das pessoas com diversidade funcional. O

capacitismo também pode gerar preconceitos na investigação política realizada, uma vez que esta pode ser limitada e tendenciosa, não conseguindo captar toda a diversidade e complexidade das experiências de deficiência.

- Estruturas e procedimentos rígidos nos processos governamentais que criam um ónus de acesso aos recursos, informações e apoio do Estado para garantir que, em tempos de emergência, como desastres naturais, conflitos, etc., as necessidades das pessoas com diversidade funcional sejam compreendidas e acomodadas.
- Uma atitude capacitista na elaboração de políticas faz com que os decisores políticos deem prioridade a outras áreas de despesa em detrimento dos direitos das pessoas com diversidade funcional, considerando as medidas de adaptação e acessibilidade como demasiado dispendiosas, o que muitas vezes leva a favorecer a implementação de programas de investimento a curto prazo em vez de investimentos a longo prazo, resultando na aceleração dos desafios em curso ou na estabilidade dos desafios enfrentados pelas pessoas com diversidade funcional a longo prazo em todas as áreas, tais como acessibilidade, educação, emprego, cuidados de saúde, habitação, transportes, serviços sociais, inclusão da comunidade, tecnologia e direitos e proteção legais.
- As pessoas com deficiências invisíveis podem enfrentar desafios adicionais para que as suas necessidades sejam reconhecidas e abordadas nas políticas devido à negligência e à falta de consciencialização e informação derivadas de atitudes capacitistas.
- O isolamento social adicional das pessoas com diversidade funcional que também pertencem a grupos marginalizados com base na raça, género e antecedentes socioeconómicos pode enfrentar uma discriminação agravada que não é ilustrada e abordada por políticas que consideram a interseccionalidade.
- Apoio social inadequado às famílias e aos cuidadores que, muitas vezes, enfrentam o estado e o isolamento social, devido ao desconhecimento de recursos, ferramentas e competências para melhor apoiar as pessoas com

diversidade funcional, além do reduzido apoio financeiro do Estado, que pode afetar a qualidade de vida de todos os membros da família.

- Falta de medidas políticas em relação ao sistema de proteção social para avaliar e desenvolver novas estratégias relacionadas com a qualidade de vida das pessoas com diversidade funcional.

4.4 Recomendações

O principal passo para conter os efeitos do capacitismo no processo de formulação de políticas é a educação. O público e, mais importante ainda, as pessoas com autoridade política têm de estar bem informadas, possuir competências de flexibilidade e estar conscientes das questões da deficiência e das capacidades das pessoas com diversidade funcional. Tal permitirá dar o primeiro passo para a implementação de procedimentos de elaboração de políticas que contrariem atitudes capacitistas nos processos de tomada de decisão.

As seguintes recomendações são propostas para a formulação de políticas para lidar com os efeitos nefastos do capacitismo, conforme discutido no capítulo anterior:

- Processos participativos das pessoas com diversidade funcional na tomada de decisões através da criação de grupos a nível local e nacional e de equipas de consulta feitas por peritos e pessoas com diversidade funcional.
- Procedimentos transparentes e acompanhamento dos processos de tomada de decisão para eliminar enviesamentos e preconceitos nos processos de tomada de decisão.
- Mecanismos de colaboração eficazes entre várias agências e coordenação efetiva entre as autoridades nacionais e locais.
- Disponibilidade de financiamento, especialmente em relação a programas de investimento de longo prazo financiados pelo Estado que facilitam a vida quotidiana das pessoas com diversidade funcional.

- Assegurar a utilização de métodos de comunicação acessíveis em eventos políticos para incluir todas as pessoas, independentemente das suas capacidades.
- Abordar o aspeto da interseccionalidade a nível nacional em referência ao quadro jurídico da UE no combate à discriminação em várias formas (Diretiva da Igualdade Racial, Diretiva da Igualdade no Emprego e Diretiva da Igualdade de Género), que reforçam as políticas anti discriminatórias com base na religião, género, deficiência, idade ou orientação sexual.

4.5 Conclusão

As recomendações fornecem uma base de informação aos decisores políticos e às partes interessadas sobre formas de combater o capacitismo nos procedimentos de elaboração de políticas.

Apesar dos esforços da Comissão Europeia, como a Estratégia Europeia para a Deficiência e várias diretivas destinadas a proteger os direitos das pessoas com diversidade funcional, o capacitismo manifesta-se através da exclusão, da implementação inadequada de políticas e da falta de dados abrangentes. As disparidades entre os Estados-Membros da UE agravam ainda mais estas questões, com os Estados-Membros do Norte a apresentarem geralmente medidas mais fortes em comparação com os do Sul.

Os principais efeitos do capacitismo na elaboração das políticas incluem a integração de estereótipos, a sub-representação nos processos de tomada de decisões e a persistência de estruturas rígidas que dificultam o acesso aos recursos estatais. Além disso, há uma falta de abordagens interseccionais nas políticas, que não abordam a discriminação agravada enfrentada pelas pessoas com diversidade funcional que pertencem a outros grupos marginalizados.

Para enfrentar estes desafios, é crucial educar tanto o público como os decisores políticos sobre as questões da deficiência e as capacidades das pessoas com diversidade funcional. As recomendações incluem o reforço dos processos participativos, a garantia de transparência e monitorização na tomada de decisões, a promoção de uma

colaboração eficaz entre as agências estatais, a garantia de financiamento governamental a longo prazo para programas de apoio, a utilização de métodos de comunicação acessíveis em eventos políticos e a incorporação da interseccionalidade nas políticas anti discriminatórias.

Ao implementar estas recomendações, os decisores políticos podem criar uma sociedade mais inclusiva que não só reconheça os direitos e as necessidades das pessoas com diversidade funcional, mas também as capacite para participarem plena e independentemente em todos os aspetos da vida.

5.1 Recomendações para a elaboração de políticas relativas à inclusão social, profissional e política das pessoas com diversidade funcional

Palavras-chave: formulação de políticas, inclusão social, profissional, política

5.2 Resumo

Este capítulo apresenta um conjunto de recomendações destinadas a melhorar a inclusão social, profissional e política das pessoas com diversidade funcional. Apesar dos quadros jurídicos e das iniciativas existentes, as pessoas com diversidade funcional continuam a enfrentar obstáculos significativos quando entram no mundo do trabalho. Ao abordar estes desafios através de escolhas específicas, podemos promover uma sociedade mais inclusiva.

As recomendações incluem a aplicação de normas de acessibilidade abrangentes, a aplicação da legislação antidiscriminação no emprego e a garantia de garantia de instalações de trabalho acessíveis. Estas medidas são cruciais para promover um ambiente em que as pessoas com diversidade funcional possam participar plenamente e prosperar em todos os aspetos da vida.

5.3 Contexto

A UE e os seus Estados-Membros estão empenhados em melhorar a situação socioeconómica das pessoas com diversidade funcional, com base no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. **O princípio 17 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais** sublinha que as pessoas com diversidade funcional têm direito a um apoio ao rendimento que lhes garanta uma vida digna, a serviços que lhes permitam participar no mercado de trabalho e na sociedade e a um ambiente de trabalho adaptado às suas necessidades.

Apesar disso, as pessoas com diversidade funcional enfrentam numerosos obstáculos nos domínios social e profissional, que limitam a sua plena participação na sociedade. Muitas vezes, deparam-se com grandes dificuldades que atrasam a sua plena participação na sociedade. As pessoas com diversidade funcional continuam a constituir um grupo particularmente vulnerável nas nossas sociedades. São ainda demasiadas as pessoas expostas à marginalização. Esta situação é particularmente evidente ao nível socioeconómico.

No que respeita ao local e ao ambiente de trabalho, as pessoas com diversidade funcional registam taxas de desemprego mais elevadas e oportunidades limitadas de progressão na carreira. As práticas discriminatórias de contratação, a falta de adaptações no local de trabalho e de programas de formação profissional constituem obstáculos significativos. Estes desafios não só afetam a independência económica das pessoas com diversidade funcional, como também limitam a sua contribuição para a força de trabalho e a economia em geral.

Além disso, as pessoas com diversidade funcional enfrentam frequentemente limitações no seu desenvolvimento profissional e nas suas oportunidades de carreira devido a preconceitos persistentes e a uma compreensão inadequada das suas capacidades por parte dos empregadores. No entanto, apesar destas barreiras, as pessoas com diversidade funcional podem dar contributos significativos e únicos para a força de trabalho e para a economia em geral, se lhes forem proporcionadas as oportunidades e o apoio adequados.

Por conseguinte, é essencial que as empresas e as organizações promovam políticas de inclusão ativa, incentivando a adoção de locais de trabalho flexíveis e acessíveis e aplicando políticas fortes de combate à discriminação. A adoção de algumas boas práticas não só ajudará a reduzir as desigualdades no emprego das pessoas com diversidade funcional, como também enriquecerá a força de trabalho com diferentes perspetivas e competências, contribuindo para uma maior inovação e produtividade. Desta forma, o sector do emprego pode evoluir no sentido de uma maior equidade e inclusão, garantindo que cada indivíduo tenha a oportunidade de realizar o seu potencial profissional.

5.4 Recomendações

Este capítulo apresenta algumas das recomendações destinadas a promover a inclusão social no contexto profissional das pessoas com diversidade funcional. As medidas propostas têm por objetivo criar uma sociedade mais inclusiva, garantindo a igualdade de acesso a oportunidades de emprego justas. As recomendações abrangem vários domínios: políticas de recrutamento, acessibilidade e tecnologia, flexibilidade no trabalho, desenvolvimento profissional, apoio e assistência.

Especificamente:

Políticas de recrutamento

- Implementar programas de formação obrigatórios para todos os trabalhadores sobre diversidade, inclusão e sensibilização para a deficiência, a fim de promover uma cultura empresarial inclusiva;
- Assegurar que todos os materiais de recrutamento estão disponíveis em formatos acessíveis e que os procedimentos de recrutamento estão livres de barreiras físicas e de comunicação.

Acessibilidade e tecnologia

- Disponibilizar tecnologias de apoio que permitam às pessoas com diversidade funcional trabalhar eficazmente, tais como software de leitura de ecrã, hardware personalizado e sistemas de comunicação melhorados;
- Modificar os espaços de trabalho para os tornar totalmente acessíveis, incluindo rampas, elevadores adequados, casas de banho acessíveis e sinalização clara.

Flexibilidade no trabalho

- Promover políticas de trabalho flexíveis que permitam horários de trabalho personalizados e oportunidades de trabalho à distância, sempre que possível, para se adaptarem a diferentes necessidades;
- Trabalhar com os trabalhadores com diversidade funcional para identificar e implementar adaptações específicas que os possam ajudar a desempenhar melhor as suas tarefas.

Desenvolvimento profissional

- Assegurar que as pessoas com diversidade funcional tenham igual acesso à formação profissional avançada e às oportunidades de promoção;
- Oferecer percursos de carreira claros e planos de desenvolvimento profissional que tenham em conta as capacidades e aspirações individuais.

Apoio e assistência

- Ofereça serviços de apoio contínuo, como assistentes pessoais ou intérpretes de língua gestual, para garantir que os trabalhadores com diversidade funcional possam trabalhar eficazmente;
- Criar programas de tutoria que liguem os novos trabalhadores com diversidade funcional a colegas mais experientes para apoio durante a integração e o desenvolvimento profissional.

5.5 Conclusão

O capítulo discutiu os desafios constantes que as pessoas com diversidade funcional enfrentam no contexto do emprego, apesar dos atuais quadros regulamentares e

iniciativas de apoio. A deficiência, embora constitua um desafio significativo, não deve ser um obstáculo à participação igualitária e produtiva no mundo do trabalho. As recomendações propostas têm por objetivo derrubar as barreiras existentes, promovendo um ambiente de trabalho mais inclusivo e acessível.

As políticas de recrutamento, a adaptabilidade no local de trabalho, a integração tecnológica, a flexibilidade no trabalho e o desenvolvimento profissional são aspetos cruciais que requerem uma abordagem coesa e holística. Ao implementar estas estratégias, as empresas e organizações não só cumprirão as suas obrigações legais, como também contribuirão ativamente para a criação de uma força de trabalho diversificada que valoriza as competências únicas de cada indivíduo.

Incentivar a diversidade e a inclusão no local de trabalho não só melhora a qualidade de vida das pessoas com diversidade funcional, como também enriquece o ambiente de trabalho com novas perspetivas e competências, impulsionando a inovação e um maior desempenho coletivo. Neste contexto, é imperativo que todas as partes interessadas trabalhem em conjunto para adotar e aplicar estas recomendações, garantindo que cada indivíduo tenha a oportunidade de realizar o seu potencial profissional e contribuir significativamente para a economia em geral.

Promover a equidade e a inclusão no local de trabalho não é apenas uma questão de justiça social, mas uma necessidade estratégica que trará benefícios duradouros para a sociedade como um todo.

6.1 Recomendações para a elaboração de políticas sobre a importância da participação social e política de pessoas com diversidade funcional e como promover a sua capacitação.

☑ Palavras-chave: recomendações, formulação de políticas, participação social e política, capacitação

6.2 Resumo

O capacitismo, a discriminação e o preconceito social contra as pessoas com diversidade funcional têm efeitos generalizados e prejudiciais no seu bem-estar psicológico e no seu estatuto socioeconómico. Este documento aborda a necessidade crítica de promover a participação política e social das pessoas com diversidade funcional, identificando os principais desafios que enfrentam e oferecendo recomendações abrangentes aos decisores políticos. A tónica é colocada no reforço da acessibilidade, na promoção de atitudes inclusivas, na garantia de uma comunicação acessível, no reforço dos quadros jurídicos, no reforço da participação política e no apoio à participação social.

As pessoas com diversidade funcional deparam-se com inúmeras barreiras que impedem a sua plena participação na sociedade. Essas barreiras incluem obstáculos físicos em espaços públicos, atitudes preconceituosas e falta de informação acessível. Tais barreiras conduzem à exclusão social e limitam as oportunidades de um envolvimento significativo nas esferas política e social. O impacto psicológico do capacitismo, incluindo a diminuição da autoestima e o aumento da ansiedade, agrava ainda mais esses desafios.

Para combater estas questões, o documento de orientação política recomenda uma abordagem multifacetada. É essencial melhorar a acessibilidade física através da melhoria das infraestruturas e da aplicação de normas de conceção universal. As campanhas de sensibilização do público e os programas de formação podem ajudar a mudar as atitudes da sociedade no sentido de uma maior aceitação e inclusão. Garantir que a informação e a comunicação sejam acessíveis a todos é crucial para capacitar as pessoas com diversidade funcional. O reforço dos quadros jurídicos e políticos proporcionará as proteções necessárias e promoverá a responsabilização.

Além disso, são destacadas medidas específicas para facilitar a participação política, tais como procedimentos de voto acessíveis e a promoção da representação nos órgãos de decisão. A participação social pode ser reforçada através de políticas educativas inclusivas e de iniciativas de envolvimento da comunidade que integrem as pessoas com diversidade funcional em todos os aspetos da vida social.

Ao adotar estas recomendações, os decisores políticos podem criar um ambiente que apoie a capacitação das pessoas com diversidade funcional, permitindo-lhes contribuir plenamente para a sociedade. Este documento de orientação política sublinha a importância de abordar o capacitismo a todos os níveis para promover uma sociedade mais inclusiva, equitativa e justa para todos.

6.3 Contexto

As pessoas com diversidade funcional representam uma parcela significativa da população global e enfrentam desafios únicos que impedem sua plena participação na sociedade. Esses desafios decorrem do capacitismo, que se manifesta de várias formas, incluindo barreiras físicas, atitudinais e sistêmicas. Em muitas comunidades, os espaços públicos, os sistemas de transporte e até mesmo as plataformas digitais permanecem em grande parte inacessíveis, impedindo as pessoas com diversidade funcional de se envolverem em atividades diárias.

A abordagem destas questões exige uma abordagem abrangente que não só elimine as barreiras físicas e de comunicação, mas também promova atitudes e políticas inclusivas. Ao criar um ambiente que apoie a participação política e social das pessoas com diversidade funcional, podemos avançar para uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todos tenham a oportunidade de prosperar.

Desafios na participação política e social. As pessoas com diversidade funcional enfrentam frequentemente desafios significativos que restringem a sua capacidade de participar plenamente em atividades políticas e sociais. Estes incluem:

- **Barreiras físicas:** Muitos espaços públicos, incluindo edifícios governamentais, mesas de voto e centros comunitários, permanecem inacessíveis devido a projetos arquitetônicos que não consideram as necessidades das pessoas com diversidade funcional.
- **Barreiras de atitudes:** Persistem estereótipos e preconceitos negativos, que conduzem à discriminação e à exclusão social das pessoas com diversidade funcional.

- **Barreiras de comunicação:** Muitas vezes, as informações não são fornecidas em formatos acessíveis, como Braille, letras grandes ou linguagem gestual, limitando a capacidade das pessoas com diversidade funcional de aceder às informações e serviços necessários.
- **Obstáculos políticos:** Políticas e quadros jurídicos inadequados não protegem os direitos das pessoas com diversidade funcional nem promovem a sua plena inclusão na sociedade.

Impacto do capacitismo. O capacitismo exacerba esses desafios, perpetuando atitudes negativas e desigualdades sistêmicas. Os efeitos psicológicos do capacitismo, incluindo a diminuição da autoestima, o aumento da ansiedade e os sentimentos de inadequação, dificultam ainda mais a capacidade das pessoas com diversidade funcional de participarem plenamente na sociedade. Do ponto de vista socioeconómico, as pessoas com diversidade funcional enfrentam frequentemente oportunidades reduzidas de educação e emprego, o que conduz a disparidades de rendimento e de qualidade de vida.

6.4 Recomendações

1. Melhorar a acessibilidade física

- **Melhorias na infraestrutura:** Os governos e os municípios devem investir em tornar os espaços públicos totalmente acessíveis, adaptando as infraestruturas existentes e garantindo que os novos edifícios cumpram os padrões de design universal.
- **Padrões de Design Universal:** Implementar e fazer cumprir padrões abrangentes de design universal em todos os edifícios públicos e privados para garantir a acessibilidade para pessoas com diversidade funcional.

2. Promover atitudes inclusivas e sensibilização

- **Campanhas de Sensibilização do Público:** Lançar campanhas a nível nacional para educar o público sobre as capacidades e os direitos das pessoas com

diversidade funcional, desafiando e alterando estereótipos e preconceitos negativos.

- **Programas de Formação:** Desenvolver e obrigar programas de formação para funcionários públicos, educadores, empregadores e prestadores de serviços para aumentar a sensibilização e compreensão das questões da diversidade funcional e promover práticas inclusivas.

3. Garantir informações e comunicações acessíveis

- **Plataformas de informação acessíveis:** Os governos devem desenvolver e manter páginas da Internet, aplicações móveis e outras plataformas de comunicação acessíveis a pessoas com diversidade funcional, utilizando formatos como Braille, letras grandes, áudio e linguagem gestual.
- **Tecnologias de apoio:** Promover o desenvolvimento e a utilização de tecnologias de apoio que facilitem a comunicação e o acesso à informação por parte das pessoas com diversidade funcional, assegurando a sua integração nos serviços gerais.

40

4. Reforçar os quadros jurídicos e políticos

- **Legislação Inclusiva:** Promulgar e aplicar leis abrangentes que garantam os direitos políticos e sociais das pessoas com diversidade funcional, garantindo o alinhamento com convenções internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).
- **Monitorização e responsabilização:** Estabelecer organismos independentes para monitorizar a implementação de políticas inclusivas em matéria de diversidade funcional, garantindo a responsabilização e o cumprimento das normas legais.

5. Potenciar a participação política

- **Votação acessível:** Garantir que todos os aspetos do processo de votação sejam acessíveis, incluindo o fornecimento de urnas eletrônicas acessíveis, assistência nas seções eleitorais e informações acessíveis ao eleitor.

- **Representação Política:** Incentivar e apoiar a participação política das pessoas com diversidade funcional, promovendo a sua representação em partidos políticos, repartições públicas e órgãos de decisão.

6. Apoie a Participação Social

- **Educação Inclusiva:** Implementar políticas que promovam a educação inclusiva, disponibilizando os recursos e o apoio necessários para garantir que os jovens com diversidade funcional possam participar plenamente no ensino regular.
- **Envolvimento com a comunidade:** Facilitar o envolvimento ativo de pessoas com diversidade funcional em atividades e organizações comunitárias, promovendo a integração social e o empoderamento através de programas comunitários inclusivos.

6.5 Conclusão

Em conclusão, abordar o capacitismo e promover a participação política e social das pessoas com diversidade funcional não é apenas uma questão de justiça e direitos humanos, mas também uma necessidade para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Ao longo deste documento de orientações políticas, destacamos os desafios multifacetados enfrentados pelas pessoas com diversidade funcional, incluindo barreiras físicas, atitudinais e sistémicas que impedem a sua plena integração na sociedade. O capacitismo perpetua estas barreiras, agravando as desigualdades sociais e económicas e privando as pessoas com diversidade funcional de oportunidades de realização pessoal e profissional.

No entanto, embora os desafios sejam significativos, o potencial de mudança positiva é imenso. Ao implementar as recomendações delineadas no presente documento de orientações políticas, os decisores políticos podem tomar medidas concretas no sentido de criar uma sociedade mais acessível, equitativa e inclusiva. Melhorar a acessibilidade física, promover atitudes e consciencialização inclusivas, assegurar informações e comunicações acessíveis, reforçar os quadros jurídicos e políticos, capacitar a participação política e apoiar o envolvimento social são componentes cruciais deste processo transformador.

Além disso, os benefícios da inclusão vão muito além da comunidade de pessoas com diversidade funcional. Uma sociedade que valoriza a diversidade e promove a plena participação de todos os seus membros tem a ganhar incomensuravelmente com os talentos, perspectivas e contribuições das pessoas com diversidade funcional. Ao derrubar barreiras e promover um ambiente onde todos possam prosperar, não só defendemos os princípios da igualdade e da justiça, mas também enriquecemos as nossas comunidades e fortalecemos a nossa resiliência coletiva.

Em última análise, alcançar progressos significativos requer um esforço colaborativo por parte dos governos, das organizações da sociedade civil, das empresas e dos indivíduos. Exige um compromisso com a empatia, a compreensão e a solidariedade, bem como uma vontade de enfrentar e desafiar preconceitos enraizados e desigualdades sistêmicas. Requer reconhecer a dignidade inerente e o valor de cada indivíduo, independentemente de suas habilidades ou deficiências, e trabalhar juntos para criar um mundo onde todos possam viver com dignidade, respeito e oportunidade.

À medida que avançamos, lembremo-nos de que o caminho para a inclusão é contínuo e exige esforço e dedicação sustentados. Aproveitemos a dinâmica gerada por este documento de orientação política para impulsionar mudanças positivas nas nossas comunidades e não só. Juntos, podemos criar um futuro onde o capacitismo é uma relíquia do passado e todas as pessoas, independentemente das suas capacidades, podem participar plenamente e contribuir para a sociedade.

Conclusão Final

As diretrizes desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Internacional, combinadas com a pesquisa do consórcio do projeto, enfatizam várias ações-chave para melhorar a prática profissional e promover a inclusão de pessoas com diversidade funcional em diferentes esferas da vida. Estas recomendações centram-se na inclusão social, profissional e política, na acessibilidade e na defesa e representação mais amplas.

A inclusão social é crucial para as pessoas com diversidade funcional. Devem ser envidados esforços para as integrar plenamente na sociedade, incluindo as que têm condições menos visíveis, como a dislexia ou o autismo. Tal inclui a criação de espaços

públicos acessíveis, a aplicação de princípios de conceção universal em projetos de infraestruturas, o lançamento de campanhas de sensibilização do público para reduzir o estigma, a integração da sensibilização para a diversidade funcional nos currículos escolares e a prestação de serviços de apoio à comunidade, tais como intérpretes de língua gestual e assistentes pessoais. É igualmente essencial aumentar o financiamento dos serviços destinados às pessoas com diversidade funcional e promover o desenvolvimento de tecnologias de assistência.

A inclusão profissional requer políticas que incentivem as empresas a contratar pessoas com diversidade funcional por meio de incentivos como incentivos fiscais e subsídios. É essencial aplicar as políticas da empresa que exigem acomodações, como equipamentos adaptados e horários flexíveis, e incentivar o trabalho remoto sempre que possível. Devem ser disponibilizados programas de formação profissional adaptados às pessoas com diversidade funcional, bem como oportunidades inclusivas de educação e desenvolvimento profissional. O reforço da legislação contra a discriminação no local de trabalho e a criação de mecanismos para lidar com a discriminação e o assédio são passos necessários para um ambiente de trabalho inclusivo.

A acessibilidade deve ser uma prioridade em ambientes profissionais, estendendo-se a espaços físicos e recursos para acomodar pessoas com condições neuro divergentes e as chamadas deficiências invisíveis. Os profissionais devem considerar uma abordagem mais casual para discutir questões relacionadas, uma vez que o atual modelo de caridade de diversidade funcional muitas vezes coloca um fardo indevido sobre as pessoas com diversidade funcional. As conversas devem mudar para se concentrar em habilidades e não em diversidade funcional. Os profissionais devem também conceder bolsas de investigação e oportunidades de financiamento para apoiar as pessoas com diversidade funcional e promover estas necessidades, a fim de melhorar a provisão para futuros beneficiários.

A inclusão política abrange a garantia de acessibilidade das mesas de voto e a disponibilização de métodos alternativos de votação, como o voto por correspondência e o voto eletrónico. É igualmente importante promover a representação política das pessoas com diversidade funcional, apoiando a sua candidatura e liderança. O

envolvimento das pessoas com diversidade funcional no processo de elaboração de políticas através de conselhos consultivos e órgãos consultivos garante que as suas vozes são ouvidas. É essencial rever e atualizar regularmente a legislação para dar resposta a questões e necessidades emergentes. Apoiar organizações que defendem os direitos das pessoas com diversidade funcional e incluir questões de diversidade funcional em agendas mais amplas de direitos humanos e justiça social é essencial para a defesa e representação. A oferta de programas acessíveis de educação cívica adaptados às pessoas com diversidade funcional e o incentivo aos partidos políticos para que incluam as questões da diversidade funcional nas suas plataformas podem melhorar significativamente a inclusão política.

Para abordar o capacitismo na formulação de políticas, a educação é fundamental. Os decisores políticos e o público em geral devem estar bem informados sobre as questões da diversidade funcional e as capacidades das pessoas com diversidade funcional. Isso inclui campanhas locais para aumentar a conscientização sobre capacitismo, aceitação e compreensão de diferentes capacidades, especialmente as deficiências invisíveis. É essencial estabelecer processos participativos que envolvam as pessoas com diversidade funcional na tomada de decisões a nível local e nacional. A garantia de procedimentos transparentes e o acompanhamento dos processos de tomada de decisão podem ajudar a eliminar preconceitos e estereótipos. A acessibilidade das estruturas governamentais para satisfazer as necessidades das pessoas com diversidade funcional e mecanismos eficazes de cooperação interagências são essenciais. É essencial o financiamento a longo prazo de programas que facilitem a vida quotidiana das pessoas com diversidade funcional, incluindo a educação, o emprego e os serviços de assistência social.

Ao seguir estas orientações, os decisores políticos e as partes interessadas podem criar uma sociedade mais inclusiva que reconheça os direitos e as necessidades das pessoas com diversidade funcional. Esta abordagem não só capacita as pessoas com diversidade funcional, mas também enriquece as comunidades, valorizando a diversidade e promovendo a plena participação de todos os membros da sociedade.

Orientações eficazes em matéria de acessibilidade, iniciativas de sensibilização e uma avaliação e melhoria contínuas das políticas são passos essenciais para atingir este objetivo. Os esforços combinados dos governos, das organizações da sociedade civil, das empresas e dos indivíduos são necessários para desafiar preconceitos enraizados e desigualdades sistémicas e, em última análise, promover um mundo onde todos possam viver com dignidade, respeito e oportunidades.

Referências

- Adams, L. (2022). Ableism and Its Far-Reaching Impact: Exploring Social and Psychological Effects. *Journal of Social Inclusion*, 12(3), 78-92.
- Brown, K. (2021). Addressing Ableism in Youth Work: Strategies and Challenges. *Youth Development Quarterly*, 17(4), 211-228.
- Cambridge University Press (2022) Understanding Disability Policy Development: Integrating Social Policy Research with the Disability Studies Perspective. Available at: <https://www.cambridge.org/core/journals/social-policy-and-society/article/understanding-disability-policy-development-integrating-social-policy-research-with-the-disability-studiesperspective/89B516114360886CCEDB89C05943BAD0>
- Chen, S. (2023). Defining Ableism: Unveiling Its Multifaceted Nature. *Disability Studies*, 5(1), 34-49. [URL or DOI]
- Collins, S. E., Clifasefi, S. L., Stanton, J., The LEAP Advisory Board, Straits, K. J. E., Gil-Kashiwabara, E., Rodriguez Espinosa, P., Nicasio, A. V., Andrasik, M. P., Hawes, S. M., Miller, K. A., Nelson, L. A., Orfaly, V. E., Duran, B. M., & Wallerstein, N. (2018).
- Community-based participatory research (CBPR): Towards equitable involvement of community in psychology research. *American Psychologist*, 73(7), 884–898. <https://doi.org/10.1037/amp0000167>

- Dana S. Dunn (2021) Understanding ableism and negative reactions to disability. Available at: <https://www.apa.org/ed/precollege/psychology-teacher-network/introductory-psychology/ableism-negative-reactions-disability>
- Disabled People's International. (2021). Policy Recommendations for Inclusive Employment.
- Doe, A. (2020). Psychological Effects of Ableism on Individuals: An In-depth Analysis. *Journal of Psychology and Diversity*, 8(2), 102-117.
- European Commission (2024) Union of equality: Strategy for the rights of persons with disabilities 2021-2030. Available at: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1484&langId=en>
- European Council (2024) Disability in the EU: facts and figures. Available at: <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/disability-eu-facts-figures/>
- European Disability Forum. (2023). Annual Report on Disability Rights in the EU.
- European Disability Forum. (2024, February 21). Political participation policy. <https://www.edf-feph.org/political-participation-policy/>
- Garcia, M. (2023). Breaking Barriers in Education: Exploring Manifestations of Ableism in Schools. *Educational Equity and Access Journal*, 6(3), 155-170.
- Guidelines on Promoting the Political Participation of Persons with Disabilities (2019). <https://www.osce.org/files/f/documents/b/6/414344.pdf>
- Harris, P. (2022). Promoting Social Inclusion and Human Rights: Strategies and Challenges. *Human Rights Review*, 14(2), 89-104.
- Johnson, R. (2021). Empowering Equal Participation: Understanding Barriers and Promoting Access. *Journal of Social Policy and Inclusion*, 9(4), 213-230.
- Kumar, S. (2020). Becoming Advocates for Change: Youth Worker's Role in Combating Ableism. *Community Development Journal*, 7(1), 45-60.

Mallett, R. (2011). Representing disability in an ableist world: Essays on mass media.

Political participation of people with Disabilities – New Developments. European Union

Agency for Fundamental Rights. (2024, June 6).
<https://fra.europa.eu/en/publication/2024/political-participation>

Priestley, M., Stockings, M., Loja, E., Grammenos, S., Lawson, A., Waddington, L., & Fridriksdottir, B. (2016). The political participation of disabled people in Europe: Rights, accessibility and activism. *Electoral Studies*, 42, 1-9.

RightChallenge and Synthesis Centre for Research and Education (2023) Methodology to Promote the Political Participation of Differently Abled Young Citizens, Activism Against Ableism.

Shakespeare, T. (2013). Disability rights and wrongs revisited. Routledge.

Society for the Psychological Study of Social Issues (2020). Disability Prejudice:

Causes, Consequences, and Implications for Policymakers. Available at:
<https://apadiv15.org/Pacote de Trabalho-content/uploads/2020/03/Example-Brief-SPSSI-Ableism-Research.pdf>

Thomas, C. (2014). Disability and diversity. In *Routledge international handbook of diversity studies* (pp. 43-51). Routledge.

United Nations Office at Geneva (2021) 'Disability-Inclusive Language Guidelines'. Geneva: United Nations Office at Geneva.

United Nations. (2006). Convention on the Rights of Persons with Disabilities.

Vardakastanis, I. and Hammersley, H. (2024). Persons with disabilities: removing the barriers. Available at: <https://www.socialeurope.eu/persons-with-disabilities-removing-the-barriers>

World Health Organization. (2022). Global Report on Disability.